



Bei 623/98
016

ESTADO DO CEARÁ

SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

19 98

Processo N.º 017/98

Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte

ESPÉCIE - PROJETO DE LEI Nº 490/98, DE 03 DE ABRIL DE 1998.

INTERESSADO - MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE - CEARÁ.

DATA DO DOCUMENTO - 03 DE ABRIL DE 1998.

REMETENTE - SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE.

PROCEDÊNCIA - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

OBSERVAÇÕES - DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O ANO DE 1999 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CÂMARA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE

MENSAGEM N.º 03/98

DE 03 DE ABRIL DE 1998.

Senhor Presidente,

Temos a grata honra de encaminhar a V. Exa. e a seus dignos pares, o Projeto de Lei que versa sobre as diretrizes orçamentárias, objetivando a elaboração da Lei Orçamentaria para o ano de 1999.

Certos de contar com o alto espírito público que norteia essa Augusta Casa Legislativa, aproveitamos o ensejo para reiterar protestos de estima e real apreço.

Atenciosamente,



JOSÉ CHAVES GUERREIRO
- Prefeito Municipal -



Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte
PROTOCOLO Nº 006/98

Em 03 / 04 / 19 98

Visto: 

Ao
Exmo. Sr.
Vereador **Manoel Moreira de Almeida**
DD. Presidente da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte
NESTA.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE

PROJETO DE LEI N.º 490/98,

DE 03 DE ABRIL DE 1998.

Dispõe sobre Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o ano de 1999 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE,
Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, combinada com a Lei Orgânica do Município, as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município para o exercício financeiro de 1999.

Art. 2º - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

§ 1º - Os valores da previsão da receita e da fixação da despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária, se necessário, poderão ser atualizados por Decreto do Poder Executivo na Lei Orçamentária para preços de janeiro de 1999, utilizando-se a variação da Unidade Fiscal de Referência - UFIR ou outro índice inflacionário que o substitua utilizando pelo Governo Federal, ocorrida no período compreendido entre os meses de julho a dezembro de 1998, incluídos os meses extremos.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 3º - Para efeito do disposto no art. 169, parágrafo único da Constituição Federal, fica estabelecido que:

I - As despesas com pessoal e encargos sociais não poderão ultrapassar o limite estabelecido na legislação vigente.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE

§ 1º - Para efeito de cálculo do disposto no inciso deste artigo, não serão considerados os gastos com inativos e pensionistas segurados do regime geral da Previdência Social.

Art. 4º - O Município poderá conceder ajuda financeira, a título de auxílio, subvenção, contribuição ou participação, a entidade que prestam serviços essenciais de assistência social, média e educacional e de atividades culturais e desportivas para a realização de eventos no Município, desde que estejam legalmente constituídas.

§ 1º - As entidades benéficas nos termos deste artigo, prestarão contas dos recursos recebidos ao Poder Executivo até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício financeiro.

§ 2º - Fica vedada a concessão da ajuda financeira a entidade que não cumprirem as exigências do Parágrafo anterior, assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Poder Executivo.

Art. 5º - O orçamento do Município abrigará obrigatoriamente:

I - recursos destinados ao pagamento dos serviços da dívida municipal;

II - recursos destinados ao Poder Judiciário, para o cumprimento do que dispõe o art. 100 da Constituição Federal;

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTARIA

Art. 6º - Na lei orçamentaria anual, a discriminação das despesas, far-se-á por categoria de programação, indicando-se, pelo menos, para cada uma, no seu menor nível:

I - O orçamento a que pretende;

II - a estrutura da despesa segundo a classificação abaixo:



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE

DESPESAS CORRENTES

- pessoal e encargos sociais
- juros e encargos de dívidas
- outras despesas correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- investimentos
- inversões financeiras
- amortização da dívida
- outras despesas de capital

§ 1º - A classificação a que se refere o inciso II do "caput" deste artigo, corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza da despesa conforme definir a lei orçamentaria.

§ 2º - A lei orçamentaria incluirá, dentre outros, demonstrativos:

I - das receitas do orçamento anual que obedecerá as previstas no art. 2º, parágrafo primeiro da Lei N.º 4.320, de 17 de março de 1964;

II - da natureza da despesa para cada órgão;

III - da despesa da fonte de recursos para cada órgão;

IV - dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

§ 3º - Além do disposto no "caput" deste artigo, a lei orçamentaria conterá resumo geral das despesas, obedecendo forma semelhante à prevista no Anexo 2, da Lei N.º 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 4º - As categorias de programação de que trata o "caput" deste artigo serão identificados por projetos e atividades, os quais serão integrados por título e descritos de modo a caracterizar as respectivas metas ou a ação pública esperada.

§ 5º - Não poderão ser incluídas na lei orçamentaria, e suas alterações, despesas à conta de investimentos em regime de execução especial, ressalvados:

I - nos casos de calamidade pública na forma do artigo 167, parágrafo terceiro, da Constituição Federal; e



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE

II - os créditos reabertos de acordo com o que dispõe o parágrafo segundo do mesmo artigo.

§ 6º - As propostas de modificação no projeto de lei orçamentaria, bem como nos projetos de créditos adicionais, a que se refere o art. 166 da Constituição Federal, serão apresentadas com a forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento nesta lei, especialmente nos parágrafos anteriores deste artigo.

Art. 7º - Para efeito de informação ao Poder Legislativo, deverá ainda constar da proposta orçamentaria no menor nível de categoria de programação, a origem dos recursos, obedecendo-se, pelo menos, a seguinte discriminação:

- I - não vinculados;
- II - aplicados em ensino, na forma do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60 do Ato das Disposições Transitórias;
- III - vinculados, inclusive receitas próprias de órgãos e entidades;
- IV - decorrentes de operações de créditos.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentaria será apresentado com a forma e o detalhamento descritos nesta lei, aplicando-se no que couber, as demais disposições legais.

Art. 9º - Nas alterações de dotações constantes do projeto de lei orçamentaria, relativa as transferências entre unidades orçamentarias, serão observadas as seguintes disposições:

- I - as alterações serão iniciadas na unidade orçamentaria aplicadora dos recursos, observando-se a classificação econômica da respectiva aplicação; e
- II - na unidade orçamentaria transferidora, as alterações serão promovidas automaticamente, independente de qualquer formalidade, no mesmo sentido e valor das alterações referidas no inciso deste artigo.

Art. 10 - Os créditos adicionais terão a forma, o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas nesta lei para o orçamento, bem como a indicação dos recursos correspondentes.

§ 1º - As mensagens que encaminharem a Câmara Municipal, pedidos de abertura de créditos adicionais conterão, no que couber, as informações e os demonstrativos exigidos para a mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentaria.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE

§ 2º - Os créditos suplementares, autorizados na lei orçamentaria abertos por Decretos do Executivo, no que couber, ao exigido para o orçamento municipal, evidenciadas as exposições de motivos, as informações e os demonstrativos indicados para a lei orçamentaria.

Art. 11 - A prestação de contas anual do Município, incluirá relatório de execução com a forma e detalhes apresentados na lei orçamentaria.

CAPÍTULO IV DAS DIPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 - O projeto de Lei Orçamentaria anual será encaminhado pelo Poder Executivo, até o dia 1º de novembro, à Câmara Municipal que apreciará a matéria no prazo improrrogável de trinta (30) dias e a Lei Orçamentaria deverá ser encaminhada pelo Prefeito ao Tribunal de Contas dos Municípios - TCM até o dia 30 (trinta) de dezembro.

Art. 13 - O Poder Executivo, observadas as necessidades e circunstâncias do momento, associados à capacidade do erário público e, havendo recursos disponíveis, poderá suplementar as dotações orçamentarias de atividades e projetos, até o limite de 100% (cem por cento), do total da receita estimada.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO
NORTE, em 03 de abril de 1998.

JOSÉ CHAVES GUERREIRO
- Prefeito Municipal -

ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE

"Compromisso com o Povo"

CGC 69.727.899/0001 - 45 CGF 06.920.496 - 9

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PROCESSO Nº 016/98.

RELATOR: VEREADOR FRANCISCO HILÁRIO DE OLIVEIRA.

ASSUNTO: PROJETO DE LEI Nº 490/98.

PARECER Nº 002/98.

Versam os presentes autos sobre o Projeto de Lei nº 490/98, de 03 de abril de 1998, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que dispõe sobre Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o ano de 1999, e dá outras providências.

Por força do art. 24, da CF, e seus incisos, assim definem:

“Art. 24 – Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concomitantemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico, urbanístico;

II – orçamento.

Já o art. 165, II, parágrafos 2º e 9º, incisos I e II, assim estabelecem:

“Art. 165 – leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

II – as diretrizes orçamentárias;

§ 2º - a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública Federal, incluindo as despesas de capital e elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 9º - cabe à lei complementar:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

No ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da

ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE
"Compromisso com o Povo"
CGC 69.727.899/0001 - 45 CGF 06.920.496 - 9

Art. 35 -

§ 2º - até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, I e II, serão obedecidas as seguintes normas:

II - o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

A Constituição Estadual, no seu art. 16, incisos I e II, "in verbis"

"Art. 16 - O Estado participará, em caráter concorrente, da legislação sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II - orçamento.

O art. 203, da Carta Estadual, e seu inciso II, assim determinam:

Art. 203 - O Estado programará as suas atividades financeiras, mediante leis de iniciativa do Poder Executivo, abrangendo:

II - diretrizes orçamentárias;

§ 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias definirá as metas e prioridades deduzidas do plano plurianual a serem aplicáveis no exercício de atividades administrativas em geral, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, assegurada a ordem cronológica prevista no plano plurianual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá as diretrizes políticas para a observância pelas agências financeiras oficiais de fomento, observadas as seguintes normas:

I - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias deverá ser encaminhado pelo Executivo à Assembléia até dois de maio do ano que precederá à vigência do orçamento anual subsequente;

II - a elaboração deverá estar concluída em sessenta dias, exigindo-se maioria absoluta para a sua aprovação, regendo-se em tudo ou mais pelas normas do processo legislativo.

ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE


"Compromisso com o Povo"

CGC 69.727.899/0001 - 45 CGF 06.920.496 - 9


Observa-se, quanto ao dispositivo constitucional (art. 35, § 2º, II, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF), que determina prazo para o encaminhamento do projeto ao legislativo; que o Poder Executivo obedeça a data limite prevista nesta fundamentação legal.

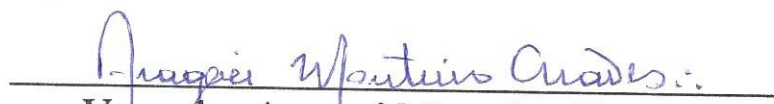
Isto posto, observado o disposto no art. 80, inciso II, da Resolução nº 001/90, de 12 de dezembro de 1990 (Regimento Interno), opino seja submetido ao Plenário, para a devida apreciação, com a recomendação favorável.


Sala das Sessões da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte, em 07 de maio de 1998.


Vereador Francisco Hilário de Oliveira
Relator

A Comissão de Finanças e Orçamento, adota e recomenda o parecer do seu relator.


Vereador José Rosendo Freire
Presidente


Vereador Aragaci Monteiro Chaves
Vice-Presidente


Vereador Francisco Hilário de Oliveira
Membro

ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE

"Compromisso com o Povo"

CGC 69.727.899/0001 - 45 CGF 06.920.496 - 9

SESSÃO Ordinária DO DIA 22 DE Maio DE 1998.
REFERENTE Projeto de Lei Nº 490/98
RESULTADO DA VOTAÇÃO 1ª Votação do Projeto de Lei Nº 490/98,
de 03 de abril de 1998, que dispõe sobre as Diretrizes para a
elaboração da Lei Orçamentária para o ano de 1999 e dá outras
providências.

VEREADORES	VOTO			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1. ALDENORA FREIRE DO AMARAL	X			
2. ANTONIO FELÍCIO FREIRE	X			
3. ARAGACI MONTEIRO CHAVES	X			
4. CELÍNIO NOGUEIRA BARROS				
5. FCA. DAS CHAGAS MAIA MOREIRA	X			X
6. FRANCISCO HILÁRIO DE OLIVEIRA	X			
7. JOSÉ REBOUÇAS DA COSTA	X			
8. JOÃO ANTONIO VIANA	X			
9. JOSÉ ROSENDO FREIRE	X			
10. JUVENAL BEZERRA DA COSTA	X			
11. MANOEL MOREIRA DE ALMEIDA				
12. MARIA ALDEÍDE DE ALENCAR LIMA	X			
13. NAIR LEONALDO DE LIMA	X			
14. PAULO MACIEL DE OLIVEIRA	X			
15. SÔNIA MARIA NORONHA CHAVES	X			

OBSERVAÇÃO: _____

PROVADO por UNANIMIDADE

1ª Discussão - Sessão ORDINÁRIA

em dia 22 / 05 / 98

Presidente

ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE
"Compromisso com o Povo"

CGC 69.727.899/0001 - 45 CGF 06.920.496 - 9

SESSÃO Ordinária DO DIA 09 DE maio DE 1998.
REFERENTE Projeto de Lei n.º 490/98
RESULTADO DA VOTAÇÃO 12ª votação do Projeto de Lei n.º 490/98, de 03 de abril de 1998, que dispõe sobre as Diárias para a elaboração da Lei Orçamentária para o ano de 1999 e dá outras providências.

VEREADORES	VOTO			
	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1. ALDENORA FREIRE DO AMARAL				
2. ANTONIO FELÍCIO FREIRE				X
3. ARAGACI MONTEIRO CHAVES	X			X
4. CELÍNIO NOGUEIRA BARROS	X			
5. FCA. DAS CHAGAS MAIA MOREIRA	X			
6. FRANCISCO HILÁRIO DE OLIVEIRA	X			
7. JOSÉ REBOUÇAS DA COSTA	X			
8. JOÃO ANTONIO VIANA	X			
9. JOSÉ ROSENDO FREIRE	X			
10. JUVENAL BEZERRA DA COSTA				
11. MANOEL MOREIRA DE ALMEIDA				X
12. MARIA ALDEÍDE DE ALENCAR LIMA	X			
13. NAIR LEONALDO DE LIMA				
14. PAULO MACIEL DE OLIVEIRA	X			X
15. SÔNIA MARIA NORONHA CHAVES	X			

OBSERVAÇÃO: _____

PROVADO por UNANIMIDADE

2ª Discussão - Sessão ORDINÁRIA

do dia 09, de 05, de 1998

Presidente